ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE REVISÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS PARA O PERÍODO DE 2015 A 2020.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às 9h20, na sala de reuniões da Presidência, localizada no segundo andar do Pálacio da Justiça, realizou-se a primeira reunião da Comissão de Revisão do Plano Estratégico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios para o período de 2015 a 2020, designada pela Portaria GPR 1278, de 13 de agosto de 2014, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Humberto Adjuto Ulhôa. Presentes a Excelentíssima Desembargadora Vera Lucia Andrighi, o Excelentíssimo Desembargador Arnoldo Camanho de Assis, a Juíza de Direito Margareth Cristina Becker, a Juíza de Direito Marilza Neves Gebrim, o Juiz de Direito Giordano Resende Costa, o Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, Celso de Oliveira e Sousa Neto, a Secretária-Geral da Corregedoria, Lídia Maria Borges de Moura, o Chefe de Gabinete da Presidência, Fabiano Augusto Koerich, a Chefe de Gabinete da Primeira Vice-Presidência, Danielle Mayrink Sampaio Silva Moura, a Chefe de Gabinete da Segunda Vice-Presidência, Adriana Prazeres Salgueiro Reis Vidal, a Assessora da Segunda Vice-Presidência, Giuliana Ratto de França Ribeiro, a Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica, Liz Criciny Werlang Rauber, o Secretário de Tecnologia da Informação, Raimundo Macedo de Souza, o Secretário de Recursos Humanos, Charleston Reis Coutinho, o Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros, Cid Moreira, a Subsecretária de Orientação Estratégica, Simone Nunes de Miranda Carrer e a Supervisora do Serviço de Planejamento Institucional, Lícia Maria Vale Mesquita. Ausentes, prévia e justificadamente, o Juiz de Direito Fabrício Fontoura Bezerra, o Juiz de Direito Jayder Ramos de Araújo e a Chefe de Gabinete da Corregedoria, Virgínia Costa Meireles. O Presidente deu início à reunião frisando a determinação do Conselho Nacional de Justiça para alinhamento do Plano Estratégico do Poder Judiciário, embora haja um plano vigendo. Com a palavra, a Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica apresentou a metodologia para revisão do plano estratégico, conforme resolução 198, de 1º de julho de 2014, do Conselho Nacional de Justiça, que alterou para seis anos a abrangência dos planos estratégicos, que devem ser revisados periodicamente, e devem observar os conteúdos dos macrodesafios nacionais do poder judiciário, formulados pela rede de governança colaborativa do poder judiciário, aprovados no Encontro Nacional do Poder Judiciário em Bélem/PA, em novembro de 2013. Enfatizou a tendência de o plano ser cada vez mais democrático, o que fortalece o processo de planejamento. Será, portanto, construído por todas as áreas e após validação dos indicadores e metas por esta comissão, será apresentado ao Tribunal Pleno Administrativo. Expôs os instrumentos de planejamento deste Tribunal, quais sejam, Planejamento Estratégico (PE) 2010-2016, Plano de Administração do Biênio (PLABI), Relatório de Resultados do Biênio (RELBI) e Plano Estratégico do Poder Judiciário Nacional (PEPJN) e se comprometeu a enviar o material da exposição por meio eletrônico a todos os membros da Comissão. Destacou ainda as diretrizes do Desembargador Presidente deste Tribunal e reforçou o amadurecimento da Casa

na construção dos planos estratégicos, ressaltando que a Comissão terá oportunidade de rever a Missão, a Visão e os Valores da Instituição. O Desembargador Humberto Ulhôa questionou por que a Comissão Permanente de Acompanhamento da Execução do Plano Estratégico ainda não foi designada. A Subsecretária de Orientação Estratégica informou da edição da Portaria GPR 484/2011, que instituiu a comissão e que os ofícios solicitando a indicação dos membros foram expedidos, ainda na gestão passada, às entidades de classe – AMAGIS e ASSEJUS, mas até então não houve resposta. O Secretário-Geral se comprometeu a reiterar os ofícios. A Juíza de Direito Marilza Gebrim questionou como ficarão as ações do plano estratégico vigente que ainda não foram cumpridas, a exemplo da modernização dos arquivos, se serão incluídos no próximo plano. Ressaltou, também, que o sistema de designação de Magistrados está quase concluído. A Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica esclareceu que tanto o plano estratégico quanto o plano de administração não visam engessar o Tribunal e sim nortear as ações e que, portanto, os itens que não foram contemplados podem perfeitamente integrar o novo plano. A Desembargadora Vera Andrighi observou que não há uma lista das ações concluídas nem das pendentes, para fazê-las constar no novo plano, e que é importante conhecer os responsáveis dessa ou daquela ação para que possam ser cobrados e também auxiliados. O Desembargador Humberto Ulhôa esclareceu que aquela era uma reunião inicial e que as minúcias seriam tratadas posteriormente. A Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica esclareceu que existem outros instrumentos de planejamento que podem nortear as decisões da Comissão, como o RELBI que presta contas do que foi realizado a cada gestão e frisou que a instituição desta Comissão representa grande avanço para o planejamento estratégico deste Tribunal. Reforçou que as metas serão construídas a partir desses encontros e que, embora sigam os macrodesafios do Conselho Nacional de Justiça, podem e devem se adaptar às realidades da Casa. A Desembargadora Vera Andrighi enfatizou que o trabalho gráfico ficou excelente, mas que não é suficiente por si só, que a Comissão precisa saber quem faz o quê. Foi dada a palavra à Supervisora do Serviço de Planejamento Institucional que passou a explicar a composição do material impresso, destacando a importância de se observar os documentos constantes das páginas 7 e 8 para nortear os trabalhos de revisão do Plano, uma vez que essas normas tratam de assuntos de interesse estratégico para o Tribunal de Justiça como priorização do primeiro grau, planejamento de tecnologia da informação, políticas de meio ambiente, equalização de orçamento e de força de trabalho, dentre outros. Ressaltou que os indicadores são instrumentos avaliadores do desempenho e que no caso atual do TJDFT, onde as metas não estão definidas, servirão como série histórica para balizar a elaboração dos indicadores do novo Plano. Às 10h06, a Juíza de Direito Marilza Gebrim, acompanhada da Chefe de Gabinete da Primeira Vice-Presidência, com a anuência do Presidente da Comissão, deixaram a mesa, pois precisavam participar de outra reunião. A Supervisora do Serviço de Planejamento Institucional informou o objetivo das próximas reuniões e apresentou proposta de cronograma. A Desembargadora Vera Andrighi solicitou ao Presidente que se dividissem os tópicos constantes das páginas 21 a 25 por áreas afins, para que cada área ficasse responsável pela apresentação de sugestões de objetivos estratégicos, de forma que o tópico garantia aos

direitos de cidadania ficasse a cargo da Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica juntamente com o Secretário-Geral, o combate à corrupção e à improbidade administrativa a cargo da Corregedoria, a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional a cargo do Chefe de Gabinete da Presidência e dos representantes do 1º e 2º graus, a adoção de soluções alternativas de conflito sob a responsabilidade da Chefe de Gabinete e da Assessora da Segunda Vice-Presidência, a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes também para a Segunda Vice-Presidência, o impulso às execuções fiscais e cíveis (excluindo-se execuções trabalhistas) para os juízes representantes do 1º grau, o aprimoramento da gestão da justiça criminal para a Corregedoria, a melhoria da gestão de pessoas para o Secretário de Recursos Humanos, o aperfeiçoamento da gestão de custos para o Secretário de Orçamento e Finanças, a instituição da governança judiciária para a Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica e, por último, a melhoria da infraestrutura e governança de TIC para o Secretário-Geral juntamente com o Secretário de Tecnologia da Informação e o Secretário Especial do Processo Judicial Eletrônico. A Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica comunicou a intenção de convidar um Desembargador de Rondônia para palestrar sobre planejamento estratégico com a finalidade de sensibilizar servidores e magistrados sobre a importância do planejamento. Informou ainda da consulta pública que será realizada para colher sugestões de iniciativas dos magistrados, servidores e cidadãos, esclarecendo que a consulta será disponibilizada tão logo seja finalizada a elaboração do formulário eletrônico pela Secretaria de Tecnologia da Informação, conforme autorizado pelo Presidente do Tribunal, por meio do PA 14.762/2014. O Secretário de Tecnologia da Informação afirmou que precisa conhecer os detalhes do formulário, em face do armazenamento e processamento dos dados, ao que o Secretário-Geral informou que a Casa dispõe de software para esse tipo de pesquisa. O Desembargador Presidente ressaltou que a data final para a conclusão dos trabalhos será o último dia de novembro deste ano e embora este não seja um prazo inflexível, é o prazo que será perseguido. A próxima reunião da Comissão será oportunamente comunicada. Nada mais havendo a registrar, o Presidente encerrou a reunião, às 10h30, da qual eu, Elsie Mary Carvalho Queiroz de Almeida, _____, lavrei a presente ata, que, por ser expressão da verdade, segue assinada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Humberto Adjuto Ulhôa, Presidente da Comissão de Revisão do Plano Estratégico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios para o período de 2015 a 2020 e pelos demais membros.

Presidente da Comissão, Desembargador Humberto Adjuto Ulhôa

Desembargadora Vera Lucia Andrighi

Desembargador Arnoldo Camanho de Assis

Juíza de Direito Margareth Cristina Becker

Juíza de Direito Marilza Neves Gebrim

Juiz de Direito Giordano Resende Costa

Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, Celso de Oliveira e Sousa Neto

Secretária-Geral da Corregedoria, Lídia Maria Borges de Moura

Chefe de Gabinete da Presidência, Fabiano Augusto Koerich

Chefe de Gabinete da Primeira Vice-Presidência, Danielle Mayrink Sampaio Silva Moura

Chefe de Gabinete da Segunda Vice-Presidência, Adriana Prazeres Salgueiro Reis Vidal

Assessora da Segunda Vice-Presidência, Giuliana Raito de França Ribeiro

Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica, Liz Criciny Werlang Rauber

Secretário de Tecnologia da Informação, Raimundo Macedo de Souza

Secretário de Recursos Humanos, Charleston Reis Coutinho

Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros, Cid Moreira

Subsecretária de Orientação Estratégica, Simone Nunes de Miranda Carrer

Supervisora do Serviço de Planejamento Institucional, Lícia Maria Vale Mesquita